



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2013-2014)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projeto de lei n.º 445/XII (2.ª) e do projeto de resolução n.º 819/XII (3.ª).

Foi anunciado o resultado da eleição de um membro para a Comissão Nacional de Eleições (CNE), tendo sido declarado eleito o candidato proposto.

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que procede à afetação à Sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA, e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão [apreciações parlamentares n.ºs 61/XII (2.ª) (PS) e 62/XII (2.ª) (PCP)]. Usaram da palavra, além do Ministro da Defesa Nacional (José Pedro Aguiar Branco), os Deputados [Jorge Fão](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Eduardo Teixeira](#) (PSD), [João Rebelo](#) (CDS-PP) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), tendo entretanto dado entrada na Mesa os projetos de

resolução n.ºs 820, 821 e 822/XII (3.ª).

Procedeu-se ao debate do projeto de resolução n.º 814/XII (2.ª) — Reforça os meios humanos nas escolas e garante o vínculo laboral (PCP), tendo-se pronunciado os Deputados [Rita Rato](#) (PCP), [Acácio Pinto](#) (PS), [Cecília Honório](#) (BE), [Maria José Castelo Branco](#) (PSD) e [Michael Seufert](#) (CDS-PP).

Foram ainda discutidos, em conjunto e na generalidade, os projetos de lei n.ºs 445/XII (2.ª) — Reforça os apoios em situação de desemprego (BE) e 444/XII (2.ª) — Reforça os meios de proteção social das pessoas e famílias atingidas pelo desemprego (PCP). Intervieram os Deputados [Mariana Aiveca](#) (BE), [Jorge Machado](#) (PCP), [João Figueiredo](#) (PSD), [Mário Ruivo](#) (PS) e [Artur Rêgo](#) (CDS-PP).

A Câmara apreciou também o projeto de resolução n.º 808/XII (2.ª) — Reclama a modernização e eletrificação da Linha do Minho (Os Verdes), tendo feito intervenções os Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Nuno Reis](#) (PSD), [Jorge Fão](#) (PS), [Carla Cruz](#) (PCP), [Altino Bessa](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Nuno Sá](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Caeiro](#)) encerrou a reunião eram 17 horas e 12 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 8 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Antes de darmos início à ordem do dia, peço ao Sr. Deputado Duarte Pacheco o favor de proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, o projeto de lei n.º 445/XII (2.^a) — Reforça os apoios em situação de desemprego (BE), que baixou à 10.^a Comissão, e o projeto de resolução n.º 819/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo que promova uma plena articulação entre o ambiente, o turismo e a cultura, que permita maior sintonia entre o respeito pelo património e as potencialidades de utilização dos relevantes recursos turísticos que as áreas protegidas, e em particular o Parque Nacional de Peneda-Gerês, dispõem (CDS-PP).

Sr.^{as} e Srs. Deputados, cabe-me informar o Plenário do resultado da eleição de um membro para a Comissão Nacional de Eleições. A ata é do seguinte teor:

«Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e treze, procedeu-se à eleição de um membro para a Comissão Nacional de Eleições.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 157

Votos «sim» — 101

Votos brancos — 44

Votos nulos — 12

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito para a Comissão Nacional de Eleições o candidato proposto:

Domingos Miguel Soares Farinho (PS)

Para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores, *Paulo Batista Santos* — Jorge Fão.»

Em termos de expediente é tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, entramos na ordem do dia, cujo ponto 1 contempla, pela sua unidade temática, duas apreciações parlamentares.

Vamos, então, iniciar a apreciação do Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que procede à afetação à Sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão [apreciações parlamentares n.ºs 61/XII (2.^a) (PS) e 62/XII (2.^a) (PCP)].

O PS e o PCP, como autores das iniciativas, dispõem de mais 1 minuto; o Governo dispõe igualmente de mais 1 minuto, nos termos da deliberação da Conferência de Líderes de 14 de julho de 2010.

Para iniciar o debate, estão inscritos, por parte dos autores da iniciativa, os Srs. Deputados Jorge Fão, do PS, e António Filipe, do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Defesa Nacional: Mais uma vez, estamos a debater no Plenário da Assembleia da República o futuro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. E isto acontece, Sr. Ministro, porque temos de concluir que V. Ex.^a, ao fim de dois anos, ainda não percebeu o alcance e teimosamente insiste em desvalorizar e desprezar um conjunto de aspetos desta

organização, nomeadamente o papel estratégico que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo desempenham no desígnio da economia do mar nacional, a dimensão desta empresa, a importância social e económica de que se reveste e ainda o profundo significado, em termos históricos e culturais, que os Estaleiros têm para a cidade de Viana do Castelo, para o Alto Minho, para a região Norte e para o País.

É, por isso, Sr. Ministro, que, mais uma vez, estamos aqui a tentar sensibilizá-lo e, sobretudo, conquistá-lo para uma outra solução que não aquela que o senhor preconiza, a qual, no nosso entendimento, conduzirá inevitavelmente à descaracterização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ao seu desmantelamento e, entendemos também, claramente à possibilidade do seu encerramento.

Relembramos, e repetiremos até à exaustão, Sr. Ministro, que aquela empresa constrói e repara navios há mais de 69 anos; aquela empresa é fundamental para a estrutura económica e para o desenvolvimento da região; aqueles são os únicos estaleiros navais nacionais a fazer construção naval neste País; a empresa tem 620 trabalhadores, pessoas competentes, com larga experiência, com conhecimento adquirido e que, portanto, são um património que é preciso valorizar e salvaguardar; aquela empresa tem, como sabe, uma encomenda firme de 130 milhões de euros para construir dois navios, que poderão proporcionar três anos de trabalho a toda a organização e a todos aqueles trabalhadores.

Outros argumentos haveria mas estes parecem-me, de todos, os mais importantes. Por isso, perguntamos-lhe, Sr. Ministro, porque é que, durante estes últimos dois anos, em vez de se empenhar em recuperar e revitalizar aquela empresa, tem fundamentalmente contribuído para que a situação se degrade e para que empresa vá caminhando no sentido do seu desmantelamento.

Por isso, Sr. Ministro, não nos parece nada razoável que a principal preocupação da sua ação, e do Governo a que o senhor pertence, tenha sido passar a patacos aquela empresa, desvincular-se e desligar-se daquela organização.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Tenha vergonha!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Contra esta situação têm estado os Estaleiros Navais e os seus trabalhadores, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que está nas galerias, mais uma vez, a assistir a este debate e que aproveito para saudar.

Sr. Ministro, primeiro, tentou privatizar, mas falhou rotundamente; agora, quer subconcessionar edifícios, equipamentos e todo o património daquela organização. O PS opõe-se a esta solução. Esta solução, no nosso entender, não serve, e por isso apresentamos esta iniciativa no sentido da cessação deste decreto-lei, que determina a subconcessão.

No nosso entendimento, Sr. Ministro, o interesse público não está salvaguardado e também não vemos reconhecida a defesa do interesse nacional na decisão de subconcessão.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, ao assegurar a possibilidade de subconcessão da área atribuída aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não faz mais do que preparar a sua privatização, com a agravante de não garantir, nem sequer valorizar, na escolha do futuro subconcessionário nem a manutenção da atividade de construção naval nem um só posto de trabalho. Na realidade, estamos perante um novo episódio do já conhecido e inaceitável processo de destruição dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Desde a primeira hora, e sem qualquer tipo de equívocos, o PCP tem estado na primeira linha da defesa da construção naval em Portugal. A política dos sucessivos Governos de submissão e dependência aos grandes grupos económicos e financeiros nacionais e transnacionais tem vindo a destruir uma indústria de base, de longa tradição em Portugal.

As opções de privatização dos estaleiros navais têm vindo a provocar uma perda de competências e capacidade industrial, com graves reflexos nas atividades económicas associadas ao extenso território marítimo e à localização privilegiada de Portugal.

Ao longo da atual Legislatura, o PCP tem apresentado várias iniciativas legislativas e parlamentares em defesa dos Estaleiros e dos postos de trabalho desta empresa, que tem uma importância decisiva para a economia nacional e regional.

A manutenção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo como empresa pública, a defesa dos seus postos de trabalho e a consideração do seu valor estratégico para a economia nacional terão de ser os objetivos centrais de um plano de viabilização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

A coragem e o empenho dos trabalhadores na manutenção e defesa da empresa, dos respetivos postos de trabalho e da sua capacidade produtiva, assim como da população de Viana do Castelo, contando sempre com a solidariedade ativa do PCP, têm impedido a concretização do objetivo de privatização dos Estaleiros que o Governo PSD/CDS-PP sempre assumiu, desde que tomou posse em junho de 2011.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Em vários momentos, o PCP tem vindo a denunciar as opções do Governo, que, ao contrário das afirmações categóricas em defesa da manutenção de uma indústria de base com longa tradição em Portugal e do discurso propagandístico e sem consequências sobre a importância do mar para a economia nacional, traduzem uma manifesta falta de vontade política para garantir a viabilização económica dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... nomeadamente através da concretização da respetiva carteira de encomendas, que chegou a ultrapassar os 500 milhões de euros, e não garantindo sequer as condições financeiras para o arranque da construção de navios há muito tempo contratualizada.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O estranho caso do navio *Atlântida*, que devia ser um caso de polícia e cujas responsabilidades, das administrações dos Estaleiros e dos Governos dos Açores e da República, nunca foram apuradas como deviam, assim como o incumprimento dos contratos relativos aos navios asfalteiros para a Venezuela são casos flagrantes de sabotagem económica e de verdadeiros atentados à sobrevivência dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A recente notícia de que o grupo alemão Ferrostaal estaria a ponderar ficar com os Estaleiros de Viana para substituir as contrapartidas que nunca prestou pela venda dos submarinos só pode ser uma brincadeira de mau gosto. Uma brincadeira de muito mau gosto!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Como a história recente comprova, os processos de privatização de empresas industriais significaram quase sempre o seu desmantelamento a prazo, com a entrega das encomendas e da produção a grupos económicos nacionais e/ou estrangeiros, com fortes prejuízos para a economia nacional, para o País e para as respetivas regiões.

A história comprova que nenhuma privatização em Portugal criou um só emprego, tendo, em todos os casos, destruído centenas ou milhares de postos de trabalho.

A perspetiva de novo aumento do desemprego a partir do encerramento ou da entrega dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo a um qualquer grupo económico privado, numa região já tão martirizada por esse flagelo, irá criar uma maior pressão sobre os direitos dos trabalhadores e acrescentar maior exploração e precariedade às relações laborais, sempre em prejuízo dos trabalhadores e da economia nacional e regional.

A tese segundo a qual ou se privatiza ou se encerra é falsa.

Aplausos do PCP.

Se houvesse vontade política do Governo, a viabilização e o desenvolvimento dos Estaleiros estariam em marcha através da concretização da carteira de encomendas existente, da concretização da encomenda dos navios patrulha oceânicos, tão necessários à Marinha Portuguesa e que o Governo deixou cair, e de uma política soberana de transportes marítimos coerente e assente na valorização do potencial marítimo português.

A viabilização e desenvolvimento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo enquanto empresa pública de interesse estratégico nacional não é apenas uma solução viável, é a única solução compatível com a defesa dos interesses da economia nacional e do tecido económico e social da região. É a solução que o PCP defende, e por isso propõe a cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 98/2013.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Segue-se a intervenção do Governo. Aproveito para cumprimentar o Sr. Ministro da Defesa Nacional e a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional** (José Pedro Aguiar Branco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais uma vez, estamos aqui a discutir a questão dos Estaleiros e — lamento ter de o dizer —, mais uma vez, a falta de pudor do Partido Socialista em relação a este assunto é uma teimosa realidade.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Da triste herança que os socialistas nos deixaram coube-me este quinhão, que o País bem dispensava.

Os seis anos de governação do Partido Socialista conduziram ao encerramento potencial dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Houve de tudo um pouco, Sr. Deputado! Vejamos: de 2005 a 2006, o passivo duplicou, passando de 120 milhões de euros, em 2005, para 250 milhões de euros, em 2011, ou seja, mais 130 milhões de euros; as ajudas ilegais entre 2006 e 2011, que agora estão obrigados a restituir, foram no valor de 180 milhões de euros; as auditorias escondidas nas Finanças ou planos de reestruturação escondidos do Ministério da Defesa, houve para tudo; os contratos dos asfalteiros foram incumpridos; foram desviados 10 milhões que eram para comprar aço e foram para pagar salários e quanto aos contratos com a Marinha só 4% é que foram executados.

Sr. Deputado, ainda temos uma situação a juntar, como uma cereja em cima disto tudo, que é o desperdício de 56 milhões de euros com o navio *Atlântida*, a que pode juntar 14 milhões de euros do navio *Anticiclone*, imagine, encomendado por um Governo socialista e recusado também por um Governo socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É deste Partido Socialista, que se diz tão preocupado com os trabalhadores e já depois de ter perdido as eleições, o Sr. Deputado e antigo Secretário de Estado que assinou um despacho a despedir 420 trabalhadores que estavam naquela empresa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — E sabe porque é que não foram, desde logo, despedidos? Porque revogámos esse despacho, e se hoje temos a oportunidade de estar aqui a discutir sobre a melhor forma de viabilizar os Estaleiros de Viana do Castelo isso deve-se a este Governo, que revogou esse despacho e impediu que, desde logo, fossem para o despedimento os 420 trabalhadores. Ou seja, Sr. Deputado Jorge

Fão, estamos nós a fazer em dois anos de grandes dificuldades aquilo que o PS destruiu em seis anos de governação, o que, aliás, é igual ao que tem acontecido noutras matérias em que estamos a governar.

Lembro também que só estamos na subconcessão porque a privatização não pôde acontecer devido às ajudas ilegais que foram concedidas pelo Governo do Partido Socialista durante seis anos, entre 2005 e 2011,...

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Não foi isso que o senhor escreveu!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... e a subconcessão, Sr. Deputado, vai permitir salvar a indústria de construção naval em Viana e vai permitir salvar o maior número de postos de trabalho. É esse o nosso objetivo, é nisso que estamos concentrados e é isso que vai acontecer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Está inscrito, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Creio que uma matéria desta importância devia passar para lá da trica partidária entre o Governo atual e o Governo passado. Por isso, começo com um cumprimento àqueles que o merecem efetivamente, os trabalhadores que se empenharam na defesa de um conhecimento importante para o País e na defesa de um bem estratégico, ao mesmo tempo que defendiam o que é essencial, os seus postos de trabalho.

De nós, BE, de todos os grupos parlamentares, devem ter sempre uma palavra de agradecimento, porque depois destas intervenções percebe-se que pretendem jogar o futuro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo nas confusões da trica partidária, do empurra para um lado e do empurra para o outro e num espaço de campanha eleitoral. Ora, nisso nós não entramos.

Era de esperar, Sr. Ministro, que, dois anos depois de estar no poder, chegasse aqui com mais do que confusões, com o jogo de passar culpas do PS. E, já agora, também é verdade que era de esperar do Partido Socialista mais do que o que tem trazido para este debate.

Mas, Sr. Ministro, dois anos depois, as suas palavras aqui, hoje, demonstraram quais as verdadeiras intenções do Governo: privatizar. E culpou o PS porque não privatizou, porque o PS tinha feito uma outra trapalhada que impediu a privatização.

Ora, esse é o mar que nos distancia. O Governo acha que o que é estratégico para o País deve estar nas mãos dos privados, sejam eles quais forem, e nós sabemos bem de algumas das escolhas que o Governo tem feito, inclusive no que respeita aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Mas, para nós, o que é estratégico deve estar na mão de todos, deve ter uma gestão responsável e era bom ouvirmos aqui uma palavra do Sr. Ministro sobre as diversas administrações, inclusive a atual, sobre o que têm ou não têm feito, sobre todas as omissões e as próprias trapalhadas em que têm estado envolvidas.

Também pretendo ouvir do Governo mais alguma coisa do que as palavras de amor repetidas amiúde sobre uma estratégia para o mar. Como é possível uma estratégia para o mar quando «lavamos as mãos» e nos demitimos de uma estratégia para a construção naval?

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ora, se essa é uma competência que o País tem, como é que o Governo se demite da gestão dessa competência?

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso é que é incompreensível!

Sr. Ministro, vou concluir dizendo que este Governo garantiu a manutenção da construção naval, o que é falso, Sr. Ministro. Diga-nos onde, neste decreto-lei, está a manutenção da construção naval. Não existe, nem sequer a manutenção de um posto de trabalho. Não existe!

E é exatamente por isso, porque falta essa solução e porque não precisamos de mais complicações, que apresentamos um pedido de cessação de vigência, porque isso é, na prática, o que devemos aprender com o que se tem passado, aprender com estes trabalhadores a defender aquilo que é nosso, aquilo onde somos bons e aquilo que faz falta ao País, que não é ter uns arrebatos de amor sobre uma estratégia para o mar mas ter ações que a defendam e sejam os pilares dessa estratégia para o mar.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção, pelo PSD, é do Sr. Deputado Eduardo Teixeira. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje, efetivamente, pela quinta vez desde as eleições de 2011 a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, cientes, todos, da importância que esta atividade tem para o emprego, para o crescimento económico e para o desenvolvimento do País, da região do Alto Minho e de Viana do Castelo.

Mas mais uma vez este assunto é aqui trazido e discutido sempre pelas opções, sem nunca trazerem soluções, por iniciativa dos partidos da oposição, em especial, como vimos, pela voz do Deputado Jorge Fão, única e exclusivamente por mera demagogia eleitoral e oportunismo político.

Convém aqui lembrar que a situação atual da empresa foi em grande parte provocada pela ausência de soluções por parte da governação socialista, que só punha dinheiro em cima dos problemas apesar dos alertas da Inspeção-Geral de Finanças, feitos em 2009, sobre os anos trágicos de 2005 e 2008.

Convém aqui lembrar também que quando tomámos posse, em 2011, logo no primeiro dia da tomada de posse, o que o anterior Governo socialista deixou em cima da mesa foi efetivamente o despedimento de 420 trabalhadores sem qualquer projeto de viabilização da empresa, o que levaria, inevitavelmente, ao seu encerramento.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — É falso!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Convém aqui lembrar ainda o triste episódio para a democracia, que abalou injustamente mas de forma muito acentuada a imagem internacional dos Estaleiros, o ruinoso negócio feito e não honrado, de mais de 50 milhões de euros, do já tornado famoso barco *Atlântida*, entre uma empresa pública tutelada pelo governo socialista dos Açores, ...

Vozes do PS: — Não é verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ...construído por uma empresa do Estado tutelada pelo Governo Socialista da República, numa empresa sediada numa região que tem também uma câmara socialista.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — Tudo, tudo, o Partido Socialista! E o rombo no «casco financeiro» já vai em 75 milhões de euros! Mas quem perdeu, como sempre, Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, foi Viana do Castelo.

Foi um silêncio cúmplice ao longo dos últimos anos, que o Partido Socialista tem ainda muito para explicar à região e ao País, ao invés de pretender, depois de todo o mal feito, passar a ideia de que são os grandes defensores dos Estaleiros Navais, quando abalaram a imagem dos seus trabalhadores, que, efetivamente, quiseram despedir.

Srs. Deputados, a presente apreciação parlamentar incide sobre uma necessidade de unificar os vários terrenos onde opera o nosso Estaleiro, por forma a finalizar o processo da subconcessão dos terrenos, para os quais 14 entidades já manifestaram interesse, o que, *per si*, transmite a confiança de que será possível manter a atividade industrial e os postos de trabalho em Viana do Castelo.

Que fique de uma vez por todas bem claro nesta Câmara: o Grupo Parlamentar do PSD quer, efetivamente, manter a atividade de construção naval em Viana do Castelo, que não é nem será para terminar. Chega de distorções da realidade! Se assim fosse, teríamos dado continuidade ao vosso plano em junho de 2011, atirando os trabalhadores para o desemprego.

Protestos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se querem defender a construção naval em Portugal, como nós, tenham a coragem de ser parte da solução em vez de serem um elemento constante do problema; deixem os funcionários da empresa, aqueles que nós não deixamos despedir, fazer aquilo que melhor que sabem, trabalhar, ...

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Vocês é que não os deixam trabalhar!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ... trabalhar com brio, pois neste momento já se encontram, em parte, com a aquisição do aço, a laborar na construção dos navios asfalteiros, mas também na construção de um NPO (navio-patrulha oceânico), *Figueira da Foz*, para além de outras reparações.

Isso mesmo tive oportunidade de constatar numa visita efetuada na semana passada à empresa, há quatro dias, em que reuni também com a comissão de trabalhadores, aqui presente e que saúdo com especial apreço, naturalmente.

Deixo aqui um apelo ao Partido Socialista para que se empenhe numa solução junto dos seus colegas do Governo açoriano em relação ao navio *Atlântida* (e também ao navio *Anticiclone*, que ficou no estaleiro naval, em construção), barco que encomendou e que se encontra penhorado pelo Governo Regional dos Açores,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Ah, pois!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ... por vontade desse Governo, e que está disponível, mas, ao invés, continuam os Açores a gastar milhões e milhões de euros porque, de facto, necessitam de transporte entre ilhas.

O País, Srs. Deputados, não está para estas brincadeiras financeiras. Chega e basta! Temos barco,...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ... temos necessidades, falta vontade política, socialista e regional, é claro, para resolver este grande problema.

Para nós, chega de manobras eleitoralistas e populismos fáceis, como esta apreciação parlamentar,...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (PSD): — ... pois continuamos fortemente empenhados na defesa da indústria da construção naval, na salvaguarda do maior número de postos de trabalho e no desenvolvimento do cluster do mar, que queremos reforçar em Viana do Castelo. Que não fiquem quaisquer dúvidas: assim será!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**. — Peço aos Srs. Deputados que respeitem o tempo.
Tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo, pelo CDS-PP.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Estamos a analisar duas apreciações parlamentares sobre um assunto que foi muitas vezes debatido aqui, na Assembleia da República, em Comissão, e parece-me de facto muito estranho — e já vou à proposta que é defendida pelo Partido Socialista — a análise que é feita, tendo em conta a situação em que se vive na empresa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Quanto ao PCP e ao BE entendemos, obviamente, que sejam coerentes com a visão que têm, considerando que as privatizações nas empresas públicas não deveriam acontecer e que o Estado teria de ter um papel principal neste tipo de empresas.

Têm uma visão errada, na minha maneira de ver, obviamente, e na dos partidos que sustentam a maioria, porque muitas das privatizações que aconteceram neste País deram origem a empresas muito fortes e poderosas que, neste momento, atuam no mercado com qualidade, com vantagem para os próprios e para quem beneficia desses serviços.

Na área da defesa, temos um exemplo claro de uma bem-sucedida privatização, com recurso a um parceiro estratégico, que foi a OGMA. Neste momento, é claro e indiscutível que tem um volume de negócios que nunca atingiu ao longo da sua história, porque funcionou o modelo que foi adotado.

Portanto, embora partilhemos parte das preocupações que aqui foram referidas no seu discurso, nomeadamente quanto ao apuramento de responsabilidades de elementos de gestão dos últimos anos, que foram gravosos, na minha opinião, também é verdade que o modelo que defendem, a manutenção do atual modelo, não nos parece ser o mais correto para o futuro das empresas.

Quanto ao Partido Socialista, que no desempenho das suas funções governativas já participou em vários processos de privatização de empresas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — ... que acredita que deve haver um papel importante da iniciativa privada em relação a estas matérias, estranha-nos que neste momento, em período pré-eleitoral, de repente, seja guardião de um conjunto de valores de esquerda, os quais nunca teve quando desempenhou essas funções.

Vozes do CDS-PP: — Ora bem! Exatamente!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Em segundo lugar, faço um apelo ao Partido Socialista, e o Deputado Jorge Fão ainda tem algum tempo para depois falar sobre isso: temos aqui presentes o Sr. Presidente e os senhores dirigentes da Comissão de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, bem como os autarcas da região, os quais cumprimento, e parece-me que estas pessoas, os trabalhadores, precisam de saber qual é a alternativa que o Partido Socialista tem. Mas tem de ser uma alternativa tendo em conta, neste momento, o resultado apurado...

Protestos do PS.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — É o IVA da restauração!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Vocês têm de me ouvir...

Dizia eu que tem de ser uma alternativa tendo em conta o resultado apurado de uma gestão catastrófica que tem dezenas de milhões de euros de passivo,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — ... tendo em conta que existem processos a nível da União Europeia em que temos de fazer devolução de dinheiro; que existe este problema do navio *Atlântico*, que não está resolvido; que existe o contrato dos asfalteiros, que foi assinado na vossa época mas cujo *downpayment* foi utilizado para tudo menos para esse contrato. Perante todos estes elementos, qual é a alternativa do Partido Socialista? Os senhores nunca vão dizer, porque não têm qualquer alternativa viável.

O que o Governo está a tentar fazer, reparando muitos erros efetuados ao longo dos últimos anos em termos da gestão dos Estaleiros, é arranjar um modelo que permita salvaguardar o máximo possível de postos de trabalho e que a empresa em Viana do Castelo faça construção e reparação naval. Esse é o objetivo do Governo. E a solução aqui apresentada de subconcessão parece-nos ser a que pode levar à manutenção desses objetivos que são fundamentais.

Os Srs. Deputados têm razão quando dizem que isto é vital para a economia portuguesa. Se fazemos uma aposta em termos do mar, é vital ter a construção naval a funcionar.

Mas, já agora, desafiava o Bloco de Esquerda a votar também a favor da Lei da Programação Militar que previa a construção dos patrulhas. É que não se compreende que votem contra e sejam a favor da construção dos patrulhas em Viana do Castelo, não se compreende que não se vote a favor da lei que vai sustentar financeiramente a construção destes mesmos patrulhas. É preciso ser coerente!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Portanto, Srs. Deputados, parece-me que falta ouvir por parte do PS uma alternativa real e viável. Ora, o Sr. Deputado Jorge Fão e os Srs. Deputados do Partido Socialista não têm essa alternativa, pelo menos ainda não a referiram. Sr. Deputado, ainda falta algum tempo para as eleições, pelo que vamos aguardar que, até dia 29, o Partido Socialista apresente uma proposta. Mas não façam propostas alternativas surreais! Façam-nas com estes elementos de que estivemos aqui a falar, com todos estes dados que foram aqui reafirmados por todos os Srs. Deputados. É que inventar projetos escritos com qualidade mas que, depois, não correspondam aos problemas, não pode ser, Sr. Deputado! Se o objetivo principal do Partido Socialista, como o de todos os Srs. Deputados aqui presentes, é a manutenção da construção e da reparação navais em Viana do Castelo, não podemos andar a vender ilusões à população de Viana do Castelo, aos seus trabalhadores e também ao País. Temos essa responsabilidade de credibilidade e de seriedade.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, Sr.^a Secretária de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Ministro e, como ainda tem tempo para responder, gostava de lhe formular uma questão muito direta.

O Sr. Ministro acusou o Partido Socialista de querer, na altura, despedir 420 trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A acusação foi feita, mas agora pergunto: quantos trabalhadores vai despedir o Governo PSD/CDS dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Boa pergunta!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É que acusou, mas depois não respondeu. Ainda agora, o Sr. Deputado João Rebelo dizia: «Mostrem-nos a alternativa!». Qual é a sua alternativa, em termos de despedimentos de trabalhadores? Quantifique, Sr. Ministro!

É que tenho curiosidade em saber se o Sr. Ministro, caso fosse trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, estava ou não, neste momento, com receio de perder o seu posto de trabalho. Ou não estava, Sr. Ministro? É que nós temos de ir ao concreto das questões, Sr. Ministro.

Já agora, e porque estamos a falar de trabalhadores, gostava de saber como é que têm sido envolvidos, por via do Governo, em todo este processo os trabalhadores destes Estaleiros. E gostava que o Sr. Ministro

aqui dissesse, para que todos ouvíssemos, qual é a posição em todo este processo dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Ou não importa? Importará, com certeza.

Por outro lado, gostava de lhe dizer o seguinte: a estratégia deste Governo para a indústria naval revelou-se certa no desmantelamento desta indústria. Num País com uma ligação ao mar como o nosso tem, onde se anda por aí a discutir uma estratégia para o mar, desmantelar desta forma a indústria naval é um crime económico e social.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É um crime, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O Estado desinvestiu na construção e na manutenção navais, com reflexos certos na carteira de encomendas. A estratégia foi de fragilizar, fragilizar e fragilizar, com vista a privatizar. E, portanto, a estratégia do Governo para esta indústria é livrar-se dela. No fundo, é isto.

Mas nós estamos a falar de uma indústria fundamental para o País e com a qual o País pode beneficiar financeiramente. Portanto, não estamos a investir numa coisa que não serve para nada, é uma indústria que pode ter retorno para o País.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há dinheiro para *swaps*? Há! Há dinheiro para os bancos? Há! E para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, não há?!

Aplausos do PCP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Boa pergunta!

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se para intervir de novo, embora dispondo de pouco tempo, o Sr. Deputado Jorge Fão.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, de uma vez por todas, essa acusação do despacho para despedir 420 trabalhadores é falsa. E o senhor, de uma vez por todas, deve ser sério naquilo que diz.

O senhor sabe que existia um despacho a aprovar um plano de revitalização e de recuperação da empresa, que previa a redução progressiva até 400 postos de trabalho,...

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — ... mas que, ao mesmo tempo, despachava no sentido de rever esse mesmo plano para garantir melhores fontes de receita e, com isso, a viabilidade da empresa.

Em segundo lugar, o Partido Socialista tem, efetivamente, uma solução diferente. Desde logo, um investimento no relançamento e recuperação da construção naval, o início da construção dos asfalteiros, a progressiva redução do quadro de pessoal, o saneamento financeiro da própria empresa e uma privatização parcial, num modelo nos mesmos moldes daquilo que foi feito com as OGMA, onde o Estado mantém uma posição e há uma abertura a capitais privados.

Por último, quero dizer o seguinte: já estávamos à espera, mas esta estratégia de que o ataque é a melhor defesa nem sempre resulta, porque, para isso, é preciso marcar golos e o Sr. Ministro, em dois anos, não marcou um único golo.

O Sr. Ministro fez com que os Estaleiros parassem completamente, anulou a hipótese de trabalho na reparação naval, não iniciou a construção dos asfalteiros e denunciou unilateralmente o contrato de renovação da Armada. O Sr. Ministro não marcou um único golo. Portanto, não jogue ao ataque dessa maneira.

O Sr. Ministro fez, essencialmente, dois papéis durante estes dois anos: fez o papel do armador falido, que tem um único navio e a única coisa que procura é encalhá-lo para receber a miserável indemnização para o abate, e agora faz o papel de sucateiro que quer intermediar o negócio do desmantelamento do navio.

Tenha paciência, mas esta é que tem sido efetivamente a prestação do Sr. Ministro até à data. Neste momento, não há nada que possa apresentar para garantir o sucesso da sua estratégia. Aguardemos.

Digo-lhe isto há dois anos de uma forma sincera: aguardamos sinceramente o sucesso desta operação. É disso que estamos à espera.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — O Sr. Ministro da Defesa Nacional inscreveu-se para intervir de novo. Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr.^a Presidente, para clarificação de todos os Srs. Deputados, vou deixar na Câmara, para depois poder ser distribuído, o despacho do Sr. Secretário de Estado, assinado depois da derrota nas eleições, onde se diz exatamente o que referi nesta Assembleia.

Termino, dizendo que saio frustrado com a intervenção do Partido Socialista. Contava vir aqui ouvir uma proposta legal, viável, e não uma filosofia banal a propósito da indústria de construção naval. É que a questão relativa a esta matéria é muito relevante, é uma questão que deveria estar para lá da lógica eleitoral autárquica e, nessa lógica, Sr. Deputado, o Governo não entra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Eu não sou candidato a nada!

A Sr.^a **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, de Os Verdes, que ainda dispõe de 19 segundos, pediu novamente a palavra.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, independentemente da resposta do Sr. Ministro, não teria pedido para voltar a intervir caso o Sr. Ministro não tivesse ignorado completamente uma pergunta muito concreta que Os Verdes fizeram e que interessa imenso aos trabalhadores e a muitas famílias de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Acho lamentável que o Sr. Ministro venha aqui dar continuação a este passa-culpas do PS para o Governo PSD/CDS e vice-versa, alimentando esta responsabilização mútua, e não responda às questões concretas, verificando-se que nenhum dos dois, quando teve responsabilidades, contribuiu verdadeiramente para resolver o problema dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Sr. Ministro, os trabalhadores saem daqui sem resposta, ignorados pelo Sr. Ministro. E isto tem uma leitura política a fazer. Acho absolutamente vergonhoso esse silenciamento do Sr. Ministro. E, sabe, Sr. Ministro, se fosse trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, estaria, sim, com receio de perder o seu posto de trabalho.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada, o Sr. Ministro já não dispõe de tempo para responder.

Está, assim, terminada a apreciação do Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho [apreciações parlamentares n.ºs 61/XII (2.ª) (PS) e 62/XII (2.ª) (PCP)].

Quero informar a Câmara que, entretanto, deram entrada na Mesa vários projetos de resolução, tendo em vista a cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que acabámos de discutir, concretamente os projetos de resolução n.ºs 817/XII (2.ª) (PS), que já foi anteriormente anunciado, 820/XII (3.ª) (Os Verdes), 821/XII (3.ª) (PCP) e 822/XII (3.ª) (BE) — Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, que procede à afetação à sociedade Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, de

determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos nelas implantados, redefine a área referente à concessão dominial atribuída à sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA, e autoriza a alteração ao contrato de concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão.

Estes projetos de resolução serão votados amanhã.

Assim sendo, Srs. Deputados, passamos ao segundo ponto da ordem do dia, que consiste na discussão do projeto de resolução n.º 814/XII (2.ª) — Reforça os meios humanos nas escolas e garante o vínculo laboral (PCP).

O PCP, que é o autor da iniciativa, dispõe de mais 1 minuto, conforme consta da agenda de hoje.

Para abrir o debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Rato.

A Sr.ª **Rita Rato** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: No passado dia 2 de setembro, quando milhares de professores foram atirados para o desemprego por este Governo e se dirigiam aos centros de emprego, o PCP, numa iniciativa da FENPROF no Centro de Emprego da Amadora, assumiu o compromisso de trazer uma proposta a este Plenário no sentido de dar resposta à realidade concreta dos professores e do recurso ilegal à precariedade na sua contratação.

Ao longo dos últimos anos, sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS têm recorrido ilegalmente à precariedade na contratação de professores, de funcionários, de psicólogos, que dão resposta não a necessidades temporárias da escola pública, mas a necessidades permanentes.

O ano letivo que agora se inicia, contrariamente àquilo que ontem o PSD, O CDS e o Sr. Ministro disseram, não está a decorrer com a normalidade necessária e desejada, exatamente porque este recurso ilegal à precariedade cria dificuldades dificílimas de resolver no início do ano letivo.

E para que não falem factos e não digam que isto é fruto da imaginação do PCP, trazemos aqui alguns exemplos concretos: agrupamento de escolas Marquesa de Alorna, em Lisboa; agrupamento de escolas de Paranhos, no Porto; agrupamento de escolas Sebastião da Gama, em Estremoz; agrupamento de escolas de Tavira; agrupamento de escolas Francisco de Arruda, em Lisboa; escolas TEIP (territórios educativos de intervenção prioritária); Escola Secundária Eça de Queiroz, em Póvoa de Varzim; Escola Arquiteto Ribeiro Telles, em Lisboa; Escola Básica do Freixo, na Lousã; agrupamento de escolas de Briteiros; Escola Secundária do Marco de Canaveses. Infelizmente, poderíamos dar muitos mais exemplos concretos, se o tempo permitisse, da falta de professores, da falta de funcionários, da falta de psicólogos, da falta de técnicos de educação especial, o que impede o normal funcionamento das aulas.

Por isso mesmo, a proposta que aqui trazemos é de elementar justiça. Propomos que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efetivo.

Propomos que os professores que lecionam há décadas (alguns, há mais de 18 anos) na escola pública sejam contratados para dar resposta às necessidades permanentes.

Propomos que psicólogos, que vão ter de acompanhar mais de 4000 alunos em dois mega-agrupamentos, sejam contratados ao abrigo da sua carreira específica e que os funcionários deixem de ganhar uma miséria de 3,20 €/hora para dar resposta a necessidades permanentes.

Não há dinheiro para a escola pública, Srs. Deputados? E por que é que há sempre dinheiro para a banca e para os grupos financeiros?

A proposta que aqui trazemos é de elementar justiça.

Esperamos o seu acolhimento por parte dos outros grupos parlamentares.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente**: — A Mesa aguarda novas inscrições para este debate. Peço aos grupos parlamentares o favor de indicarem os seus oradores.

Pausa.

Já tenho uma indicação do Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Pinto.

O Sr. **Acácio Pinto** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começa a ficar cada vez mais evidente que a palavra que melhor caracteriza estes dois anos de políticas do Governo para a área da educação e, de uma forma especial, estes últimos meses, é a palavra «competência» — repito, é a palavra «competência». Competência de Nuno Crato e do Governo no desmantelamento e ataque gradual e efetivo à escola pública e ao serviço público de educação e, afinal, à igualdade de oportunidades para todos no que tange à educação. Utilizo mesmo as palavras mais recentes do Secretário-Geral do Partido Socialista quando disse que o Governo está a fazer o maior ataque à escola pública depois do 25 de Abril.

E não há aqui quaisquer dúvidas. Há, de facto, questões ideológicas que separam o PS dos partidos da coligação, o PSD e o CDS.

Estamos num momento em que assistimos a um retrocesso na constituição de turmas; em que se desrespeitam as propostas das escolas — afinal, onde está a apregoada autonomia?; em que não se homologam turmas, nomeadamente do ensino profissional; em que se aumenta o números de alunos por turma, superando já os 30 que tinham criado; em que se atiram alunos do 1.º ciclo para turmas de outros anos de escolaridade. Mas estamos também perante um retrocesso na colocação de professores, havendo ainda turmas sem docentes, em contraponto com um conjunto largo de dezenas de milhares de professores às portas dos centros de emprego.

O retrocesso é tão mais evidente quando olhamos para a escola inclusiva, em que, para o mesmo número de alunos com necessidades educativas especiais, o que temos? Temos metade ou menos de metade dos professores colocados no ano anterior.

Por outro lado, no caso concreto dos professores especializados, impede-se que voltem a concorrer e assegurar a continuidade pedagógica, não lhes permitindo que estejam nos concursos.

Há, portanto, um retrocesso também na colocação de psicólogos e demais técnicos e de funcionários nas escolas. Para não falar da mobilidade e do despedimento com que estão confrontados milhares de professores e funcionários.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero aqui dizer que a escola pública não pode ser reprodutora de desigualdades. As escolas têm de ser as principais plataformas de promoção da igualdade de oportunidades para todos.

Não concordamos, pois, com um modelo de escola para ricos e uma escola para pobres, paradigma inequívoco deste Governo.

Risos do Deputado do CDS-PP Michael Seufert.

Também aqui a competência do Governo impera.

O Governo efetua este ataque deliberado à escola pública para lhe permitir vender o cheque-ensino como a salvação do nosso sistema educativo.

Só que trata-se de uma salvação que já deu provas de que não funciona em outros países. A liberdade de escolha é só para os ricos e a condenação dos que mais precisam da escola pública é uma escola pobre para pobres.

Saúda-se, pois, o projeto de lei do PCP, que levanta várias questões, muitas delas, a generalidade neste caso, coincidentes com aquilo que o PS tem vindo a defender há muito tempo, com propostas concretas, na Assembleia da República, e que continuará a defender de modo a dignificar a qualificação dos portugueses, da escola pública e de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Isso quer dizer que vão votar a favor?

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do Bloco de Esquerda. Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Saudamos esta iniciativa do PCP e saudamos as escolas que conseguiram fazer o arranque deste ano letivo com todas as

dificuldades reconhecidas. Num quadro de caos, apesar do Ministro, apesar da maioria, as escolas abriram devido ao esforço e à dignidade dos seus profissionais. Com muitas dificuldades, reconhecemos. Vimos a humilhação de tantos e tantos docentes, gente altamente qualificada, em filas, porque este Governo decidiu colocar milhares de professores no desemprego. Cada defensor e cada defensora da escola pública só pode ser solidário perante este ataque que é feito a estes profissionais e à escola pública.

Foi por isso que o Bloco de Esquerda também trouxe este debate à ordem do dia. Perguntamo-nos o que é que esta maioria, esta direita vingativa quer, de facto, fazer com a escola pública.

É nesse sentido que saudamos esta iniciativa do PCP, porque responde à pergunta: a escola pública tem profissionais a mais? Tem professores a mais? Tem auxiliares a mais? Não tem! É falso!

A verdade é que onde houver falta de professores, onde houver falta de assistentes operacionais, são as crianças e os jovens que são prejudicados, é a qualidade de ensino que é prejudicada, é a igualdade de oportunidades que está em causa, pela qual, aliás, os senhores têm um enorme desprezo.

Nesse sentido, esta proposta de vinculação dos professores e professoras colocados há três anos, três anos consecutivos neste período aqui apontado pelo PCP, apenas visa cumprir o que está estipulado na lei e retirar esta situação da máxima ilegalidade.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Há também a necessidade de reconhecer as necessidades efetivas do sistema e de averiguar a necessidade de horários completos durante três anos consecutivos. É evidente que este é também um aspeto importante para dar uma resposta consistente às ilegalidades e à precariedade que continuam a grassar na contratação de professores e professoras, porque a lei, de facto, não é cumprida nas escolas.

Relativamente à redução do número de alunos por turma, têm sido inúmeras as denúncias e dificuldades das escolas. Há crianças que, aliás, estão em turmas com mais de 30 alunos. Qualquer proposta de individualização do ensino não faz sentido com turmas com esta dimensão.

Refira-se ainda o concurso para a colocação de funcionários não docentes, de psicólogos, que tanta falta fazem para que esta igualdade de oportunidades seja efetivamente garantida e ainda o concurso para professores do ensino artístico especializado.

Posto isto, é evidente que o Bloco de Esquerda acompanha esta iniciativa do PCP.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por mais populista e mesmo oportunista abordagem que pretendam fazer destes temas, não se pode distorcer e subverter os temas só porque dá jeito.

Protestos do BE.

Há que lembrar que, da mesma maneira que o sistema nacional de saúde é preparado para o doente, também o sistema nacional de educação deve ser pensado e construído tendo em vista o aluno.

Protestos do BE.

Portanto, todo o sistema de educação deve estar preparado para munir o aluno das ferramentas, dos conhecimentos, das destrezas que mais o possam favorecer na sustentabilidade do seu futuro económico.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Quando estavam na oposição não diziam nada disso!

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Assim, tendo em conta o comportamento da demografia em Portugal, o sistema educativo tem de se ir adaptando para dar resposta a todas as necessidades, nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos.

O Ministério da Educação, tendo em conta, precisamente, esta preocupação, construiu e preparou, durante 2013, um concurso extraordinário que, para além do concurso regular que ocorre de quatro em quatro anos, proporcionou a efetivação de cerca de 1400 professores.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Também no que diz respeito ao ensino especial, está ainda em curso a colocação de cerca de 220 professores em lugares e horários em que os diretores dos agrupamentos deram conta da sua necessidade.

No que diz respeito ao ensino artístico especializado, este Ministério preparou também legislação que permitiu que muitos destes professores vissem as suas situações regularizadas.

No uso do reforço da autonomia que o Ministério da Educação proporcionou aos diretores dos agrupamentos e das escolas não agrupadas, os diretores podem hoje gerir e otimizar, no respeito da lei, a preparação de cada ano letivo, dando conta de quais são as reais necessidades em termos de horários de professores, gerindo a constituição das turmas, organizando cada ano letivo.

No que concerne aos serviços de psicologia, aumentou o número de psicólogos contratados e está a ser feito um esforço de otimização dos serviços de apoio psicológico para otimizar os recursos que existem em termos de escolas TEIP (territórios educativos de intervenção prioritária), em termos de instituições associadas à educação e também em termos de CQEP (centros para a qualificação e o ensino profissional).

Quanto ao cheque-ensino, que tanto problema e tanta irritação causa, quero lembrar que o Ministério da Educação, como o Governo, é um acérrimo defensor da escola pública.

Mas, meus senhores, a ditadura de direita acabou em 74 e naquela que os senhores desejavam não chegámos a cair em 75/76!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Tenha vergonha!

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Portanto, os encarregados de educação e os alunos têm o direito de escolher a escola onde querem que os seus alunos prossigam os seus estudos e, por isso, o cheque-ensino vai proporcionar, precisamente, essa liberdade de escolha.

A terminar, queria dizer que quando os senhores defendem o percurso único para todos mostra, precisamente, que não têm o mínimo conhecimento de que, em educação, o dogma do percurso único para todos tem custado muito caro em termos de abandono escolar, porque somos todos diferentes. E adotar percursos únicos para todos é abandonar os alunos e esquecer que têm características particulares e ritmos diferentes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Nunca foi essa a posição do PSD! Essa era a posição do CDS!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Por isso, não façam do tema uma luta de classes. Façam, antes, do tema uma luta pela qualidade da educação que este Governo, através do Ministério da Educação está a procurar, porque se trata do futuro dos nossos jovens e do futuro de Portugal!

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do CDS-PP.
Tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, gostaria de referir-me a algumas das coisas que aqui ouvi hoje.

A Deputada Cecília Honório falava na direita vingativa. A Deputada Rita Rato escreve no projeto de resolução que há um fogo cerrado sobre a escola pública. O Deputado Acácio Pinto falava da escola para pobres. Bom, pelo menos aulas de retórica e de boa educação não eram desperdiçadas com a nossa oposição, Sr.^a Presidente.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Em todo o caso, vale a pena referir que, infelizmente — e reconheço-o sem qualquer tipo de problemas —, o arranque do ano letivo é uma altura em que o sistema educativo sofre as alterações que sofre todos os anos, este ano, em particular. É preciso recordar que foram os concursos quadrienais que, nos anos anteriores, colocaram muito mais professores no sistema do que habitualmente, e esse movimento anual de professores ressentia-se no sistema e, por isso, é natural que ocorram situações que tenham de ser eliminadas, mas que também têm de ser perspectivadas dentro do global do sistema.

Ontem o PCP falava, e julgo que bem, em cerca de 1000 professores (isto ontem, porque hoje já serão menos) que estavam por colocar, o que, no global do sistema, representa menos de 1% dos professores que estão nas escolas do Estado em Portugal, sendo claro que cada aluno a que falte o professor é, naturalmente, um problema de 100%. É por isso que o Governo tem continuado a trabalhar.

Mas quero recordar também que, em 2011, poucas semanas depois de ter tomado posse, o Governo teve de organizar o arranque do ano letivo, o que fez sem problemas de maior.

O mesmo aconteceu no ano passado e o mesmo volta a acontecer este ano, havendo sempre, da parte de quem tem na sua comunidade escolar um problema concreto, um protesto que percebemos completamente e que julgamos que deve ser corrigido o mais rapidamente possível, o que está a acontecer por parte do Governo neste momento.

Também é preciso dizer — tenho-o dito várias vezes aqui no Parlamento — que todos os estudos demonstram que a peça-chave para a aprendizagem dos alunos é a qualidade dos professores.

Portanto, quem queira pôr na boca desta bancada ou desta maioria o desprezo pelo trabalho dos professores pode fazê-lo, naturalmente, mas não está a corresponder ao que sempre temos dito e ao que sempre percebemos. No entanto, também não é preciso fazer de conta que não existem outras condicionantes no sistema de ensino, como a extraordinária redução, infelizmente, do número de alunos que, por exemplo, entre 1998 e 2011, caiu 15% no sistema de ensino em Portugal. Ora, isso tem, naturalmente, consequências.

É preciso também dizer — e o Sr. Deputado Acácio Pinto há bocado falava de seriedade e de competência — que quando, em 2010, o Partido Socialista anunciou o fim da crise, esta Câmara estava em condições diferentes de avaliar a situação do País relativamente a hoje, num momento em que a crise não só voltou em força, como exigiu ao País e também ao sistema de educação enormes esforços que estão hoje a ser atacados.

É por isso que uma proposta como a do Partido Comunista Português de fazer entrar milhares de professores que, a médio e a curto prazo, estariam com horário zero não é para nós uma proposta que possamos considerar.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Porquê?

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Falar, por exemplo, do número de alunos por turma, fixando-o sempre no número máximo, que nem sequer é o mais alto da OCDE, mas esquecendo o número médio de alunos por turma, que em Portugal é, segundo os números da mesma OCDE, de 22 alunos, muito abaixo até dos números de grandes potências económicas como é o caso da Alemanha — acima, é certo, da Federação Russa ou da Grécia (mas cada um com aqueles que quer) —, leva-nos também a olhar para os argumentos com algum cuidado.

A Sr.^a Deputada Cecília Honório levantou a questão de haver turmas com 45 alunos, ignorando que todos os exemplos que foram dados na comunicação social foram depois devidamente explicados pelas direções da escola, por exemplo, com desdobramentos nas disciplinas que completavam esse número de alunos. Uma das turmas que, segundo o que foi publicitado, teria 44 alunos, afinal, tinha 20 para um lado e pouco mais de 20 para outro, quando desdobrada a disciplina de Matemática.

Compreendemos que estas questões levantem algum ruído, principalmente numa altura pré-eleitoral como agora. Julgo que o sistema educativo português está a adaptar-se a uma realidade com muito menos estudantes — infelizmente — da melhor maneira possível e nós continuaremos a prestar contas, a ter cá o Governo a prestar essas contas, tendo a certeza de que, independentemente do que queiram colocar na nossa boca, continuaremos a bater-nos por uma escola pública em que haja qualidade para todos e em que haja uma igualdade de circunstâncias em que todos possam escolher o máximo possível o seu projeto educativo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma segunda intervenção, uma vez que ainda dispõe de tempo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, muitas vezes, quando vamos às escolas, ouvimos os professores e as associações de pais dizerem que é preciso conhecer a realidade no terreno, é preciso ir às escolas ver o que se passa. Mas temos o exemplo, hoje, na intervenção do PSD, de que não é só falta de conhecimento da realidade. A Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco é professora na escola pública, conhece a realidade da escola pública, percebe que tudo o que aqui disse é desmascarado pela realidade da escola, pela realidade do dia-a-dia de turmas sobrelotadas, de professores que têm mais de 400 alunos, da incapacidade de trabalhar e incluir os alunos com necessidades especiais.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Pode ser professora numa escola, mas como deve andar distraída com o seu distrito,...

Protestos do PSD.

... vou dar-lhe um exemplo de uma tomada de posição que o Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade, do Porto, enviou a todos os grupos parlamentares — e enviou também a si, Sr.^a Deputada. Diz a associação de pais desta escola que faltam funcionários, que são necessários 37 e estão 28, que 10% dos alunos têm necessidades especiais e que, de técnicos especializados, não foi autorizada a contratação de terapeutas de fala, de formadores de língua gestual portuguesa e de intérpretes de língua gestual portuguesa, isto numa escola de referência de surdos, que tem 90 alunos surdos.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É este o vosso trabalho!...

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Na mesma escola, sendo necessários sete docentes para dar apoio a estes alunos surdos, foram contratados quatro e não há funcionários para assegurar o acompanhamento e as tarefas básicas do funcionamento de uma escola. Mas os Srs. Deputados — perdoem-me, mas tenho de usar esta expressão — têm a «lata» de vir dizer que está a correr tudo bem, mas só se estão a enganar a vocês, Srs. Deputados!

O PS diz que este Governo é incompetente. Mas não é incompetente, porque este Governo sabia onde queria cortar, sabe o que quer destruir e o que está em curso é um projeto político de destruição da escola pública,...

Vozes do PCP: — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — ... de criação de uma escola pública para os indigentes e de criação de uma escola de elite. É um retrocesso que vai para lá do 25 de Abril, que permitiu a conquista da escola pública de qualidade enquanto pilar fundamental do regime de direito democrático.

O que está em causa, Srs. Deputados, não é só a qualidade da escola pública, não são só as condições de acesso dos alunos com necessidades especiais, não são apenas os postos de trabalho e o desemprego docente. O que está em causa, com a degradação da qualidade da escola pública, é o próprio regime democrático...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — ... e os Srs. Deputados do PSD e do CDS, que sustentam esta maioria e este Governo, sabem disso e vivem mal com isso.

Apelamos, por isso, a todos os profissionais da escola pública, a todos os estudantes, a todos os funcionários, a todos os pais para que não baixem os braços e continuem a lutar pela defesa da escola pública de qualidade para todos. É por isso que aqui estamos e é por isso que lutamos!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Terminado o debate do projeto de resolução n.º 814/XII (2.^a), passamos ao segundo ponto da ordem do dia, que consiste na discussão conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 445/XII (2.^a) — Reforça os apoios em situação de desemprego (BE) e 444/XII (2.^a) — Reforça os meios de proteção social das pessoas e famílias atingidas pelo desemprego (PCP).

O PCP e o Bloco de Esquerda, enquanto autores das iniciativas, dispõem de mais 1 minuto.

Em primeiro lugar, para apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O desemprego, todos o sabemos, é o maior flagelo do País. Como tal, devia ser preocupação-primeira deste Governo, devia ser preocupação-primeira de todos os partidos nesta Câmara.

Com este projeto de lei, o Bloco de Esquerda apresenta soluções que respondem a este flagelo, soluções que respondem, desde logo, ao flagelo do desemprego jovem. Bem sabemos que a maioria do rosto dos desempregados e desempregadas é um rosto jovem. Qual o motivo? O motivo é a grande precariedade, a falta de perspetiva e o falhanço da governação deste País.

Também sabemos que outro dos grandes grupos atingidos pelo desemprego são os trabalhadores e trabalhadoras de mais idade, por isso o desemprego de longa duração tem números tão assustadores.

Que resposta tem dado o Governo a estas questões? Corta no subsídio de desemprego. E, não contente com a ilegalidade que cometeu no Orçamento do Estado — ilegalidade que, como todos bem sabemos, foi considerada inconstitucional —, no Orçamento retificativo vem reiterar essa ilegalidade e corta 6% aos desempregos.

Queremos repor esta injustiça! É uma vergonha que este Governo considere que os desempregados ainda devem ter um corte e é uma vergonha porque o Governo considera os desempregados como culpados da sua própria situação.

Queremos igualmente, com este projeto, majorar o subsídio de desemprego para casais em que ambos estão desempregados, para famílias monoparentais,...

Nuno Magalhães (CDS-PP): — Já vem tarde!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — ... sendo que essa majoração existe mas é claramente insuficiente e, por isso, numa altura de crise, é legítimo, é um direito humano que deve reforçar-se.

Não admitimos que muitos concidadãos e concidadãs, em Portugal, tenham de tirar o pão da boca dos seus filhos para os mandar para a escola ou vice-versa, que tenham de fazer opções.

Por isso, este projeto do Bloco de Esquerda assenta nestas três grandes questões: repor o que foi roubado por via do Orçamento retificativo; aumentar o grau de abrangência para o subsídio social de desemprego, nomeadamente para os mais jovens e para os trabalhadores precários; e fazer uma majoração para as pessoas que estão em situação de dificuldade extrema.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para apresentar o projeto de lei do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados. Há mais de 1400 milhões de trabalhadores desempregados.

Este é o número que comprova o desastre das opções políticas deste Governo PSD/CDS-PP. Mais fome, mais miséria, mais exploração. Este número prova, de uma forma dramática, que não é nem pode ser este o caminho a ser seguido no nosso País.

Não satisfeitos com este resultado de desastrosas opções políticas, o PSD e o CDS-PP alteram para pior as regras de atribuição do subsídio de desemprego; reduzem a duração desta prestação social, cortam 16% nos seus montantes e o resultado salta à vista: numa altura em que temos cerca de 1500 milhões de desempregados, apenas 392 000 recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Uma vergonha!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sucessivas alterações às regras de atribuição do subsídio de desemprego levadas a cabo pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP levam a que apenas um terço dos trabalhadores desempregados tenham proteção social.

Para o PCP, esta situação é inaceitável e apenas se mantém, na nossa opinião, porque PS, PSD e CDS sabem muito bem que um trabalhador desempregado aceita qualquer emprego, quaisquer condições, qualquer salário e, portanto, está inserido numa estratégia mais global de redução de salários e de agravamento da exploração.

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Assim, estes mecanismos de proteção social, com tão fraca abrangência, são uma condição para agravar e aprofundar a exploração de quem trabalha e, desta forma, ajudar à concentração de cada vez maior riqueza em meia dúzia de grupos económicos.

Para o PCP, como acabei de referir, esta situação é inaceitável. Por isso, propomos a melhoria das regras de atribuição, duração e montantes do subsídio de desemprego; revogamos os cortes de 10% e 6% nos subsídios de desemprego, apresentados pelo PSD e CDS-PP, majoramos o montante de atribuição caso exista mais do que um desempregado no mesmo agregado familiar, aumentamos o tempo de atribuição e criamos um subsídio social de desemprego extraordinário que garanta que nenhum trabalhador fique desprotegido.

Numa altura em que vivemos a pior crise económica e social do nosso País não podemos continuar com esta inaceitável situação. Melhorar a proteção social dos trabalhadores desempregados não só é da mais elementar justiça como é fundamental para valorizar e respeitar quem trabalha.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Figueiredo,

O Sr. **João Figueiredo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda apresentam, nesta Assembleia, os projetos de lei n.^{os} 444/XII (2.^a) e 445/XII (2.^a) que são hoje objeto de discussão. Trata-se de propostas de carácter social que, obviamente, nos merecem a melhor das atenções.

Numa altura em que o desemprego atinge um número tão grande dos nossos concidadãos é bom que todos nós, independentemente das posições ideológicas que defendemos, reflitamos sobre o maior problema

da nossa sociedade e, sobretudo, o encaremos tendo sempre presente os superiores valores do humanismo, da solidariedade e, sobretudo, da justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Figueiredo** (PSD): — Todavia, esta reflexão não pode deixar de atender também à realidade económica e social do nosso País para que a ação decorrente desta importante reflexão seja exequível e não apenas um conjunto de boas intenções que não poderá passar disso mesmo, por falta de condições objetivas e básicas. Refiro-me obviamente aos recursos suficientes para a sua concretização.

Posto isto, estou certo que os Deputados de todas as bancadas gostariam de poder ajudar sempre mais aqueles que, infelizmente, se encontram atingidos pelo flagelo do desemprego.

Acontece que o PCP e o Bloco de Esquerda olham para o quadro social num estilo proclamatório, o que só é possível porque não fazem parte do chamado «arco da governação» e, portanto, não correm o risco de ter de assumir as responsabilidades das suas propostas.

Todo o apoio é bom nas horas de aflição, mas é preciso que haja recursos financeiros que, todos sabemos, não temos. De outra forma, depressa se esgotariam as reservas e, uma vez os cofres vazios, seria o fim dos apoios existentes. Ao pôr em prática todos os apoios ideais teríamos o efeito paradoxal de acabar com todos os que, neste momento, estão em vigor.

Temos de ser realistas, responsáveis e perceber que estamos hoje a fazer o máximo possível, apesar das dificílimas circunstâncias em que encontrámos o País.

Nunca é de mais lembrar que são os responsáveis por terem deixado o País, a vida das pessoas e das instituições numa situação de verdadeira incerteza quanto ao futuro que agora acusam este Governo de insensibilidade social e de estar a fazer um ataque ao Estado social, exatamente aqueles que deixaram dívidas monstruosas no Serviço Nacional de Saúde e, ao mesmo tempo, «torraram» os saldos — repito, «torraram» os saldos! — da segurança social para distribuir benefícios sociais sem critérios nem princípios de justiça.

Este Governo não quer que o Estado social ande para trás. Este Governo tudo está a fazer e tudo fará para o manter eficaz e, sobretudo, para o manter verdadeiramente sustentável.

Sr.^a Presidente, para terminar, diria que foi este Governo que descongelou as pensões mais baixas que o Governo socialista tinha congelado, num período que nos diziam ser mais favorável; foi este Governo que promoveu a majoração dos subsídios dos casais desempregados e que têm filhos a cargo, de que, hoje, o Bloco de Esquerda veio falar e que, na altura, tanto criticou, num período em que todos nos diziam que ia ser mais promissor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso é falso!

O Sr. **João Figueiredo** (PSD): — Os partidos proponentes destes projetos de lei sabem bem do seu irrealismo nas circunstâncias em que vivemos, mas a vertigem da propaganda «dos amanhã que cantam», para mais em altura de campanha eleitoral, é a força motriz que vos move na ação política.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **João Figueiredo** (PSD): — A nossa força e a força do Governo que apoiamos é a de resgatar a autonomia no nosso País perdida por causa dos desmandos da esquerda e de promover o desenvolvimento da economia — aí sim — o mais rápido possível para que os portugueses tenham acesso ao trabalho...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Os senhores andaram dois anos a criar desemprego! Dois anos!

O Sr. **João Figueiredo** (PSD): — ... e possam dispensar apoios que, sendo preciosos, os diminuam e apoquentam.

Portugal merece mais e, estou certo, Srs. Deputados, mais terá! Da esquerda esperamos a clarividência para reconhecer os seus erros e que não obstaculizem a nossa ação para o bem comum.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A vossa ação para o bem comum?!... Despedem funcionários públicos e dizem-se preocupados com o desemprego?!

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Ruivo, do PS.

O Sr. **Mário Ruivo** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Grupos Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda apresentam dois projetos de lei que visam reforçar os meios de proteção social das pessoas e famílias atingidas pelo desemprego.

No essencial, estes diplomas assentam em três fundamentos: a alteração do prazo de garantia para a atribuição da prestação, a alteração do montante da prestação e o prolongamento da duração da prestação.

Na verdade, a governação da coligação PSD/CDS tem agravado substancialmente a vida dos portugueses, fruto de uma política de austeridade — «custe o que custar» — que tem aumentado significativamente o desemprego e, mais grave, a situação de muitos milhares de portugueses que vivem hoje sem qualquer rendimento, sem qualquer apoio social e sem qualquer esperança de poder, a curto prazo, encontrar emprego.

Portugal tem hoje mais de um milhão de desempregados, dos quais mais de 500 000 correspondem a desemprego de longa duração. Esta é a realidade fria dos números que o Governo relativiza mas que o dia-a-dia dessas famílias não esquece. Mas a este drama social junta-se ainda a tragédia em que vivem os desempregados, muitos deles casais, que não têm qualquer apoio social, porque não encontram emprego e não beneficiam de qualquer prestação social.

A pensar nestas pessoas e perante a crise que não se resolve mas, pelo contrário, agrava em cada dia que passa a situação social dessas pessoas e famílias, o Partido Socialista apresentou, em sede de Orçamento do Estado para 2013, propostas de alteração com o objetivo de apoiar a dramática situação dos beneficiários que deixaram de receber subsídio social de desemprego, estendendo a duração dessa prestação por mais seis meses, para além de outras medidas que tinham em conta a situação do País mas que introduziria uma sensibilidade social que, manifestamente, tem estado alheada desta governação.

Entendemos que este é o caminho que temos de seguir com urgência e prioritariamente: alargar o período de duração do subsídio social de desemprego, apoiando mais algum tempo e não abandonando estas famílias num País em que inexistem, por vocação austera deste Governo, as oportunidades.

Num Governo com vocação para a retroatividade, não sendo nossa e à qual não aderimos de todo, melhor andaria o Governo se a usasse concedendo direitos em vez de os cortar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Rêgo.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Realmente temos em Portugal um drama tremendo, e não vale a pena escamoteá-lo — ninguém o escamoteia.

Temos dezenas, centenas de milhares de famílias com pessoas no desemprego e, em muitos casos — e segundo a última estimativa a que tivemos acesso, há uns meses —, serão alguns milhares de agregados familiares em que tanto marido como mulher estão no desemprego.

Esta é uma realidade trágica e é uma realidade que não comporta jogos políticos. Mas, a seguir, temos outra realidade que, pelas suas consequências, é tão ou mais grave do que esta, refiro-me ao autismo de algum discurso político que aqui se ouve.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

E, nesse autismo, encontramos dois tipos de discursos diferentes.

Começo com um exemplo: a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, ao apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda, anunciou pomposamente — desculpe a expressão — o seguinte: «O Bloco de Esquerda traz soluções para o desemprego». Estas foram as suas palavras *ipsis verbis*.

Mas que soluções trouxe o Bloco de Esquerda para o desemprego, do ponto de vista económico, do ponto de vista da melhoria da produção, do ponto de vista da melhoria do mercado laboral? Zero! O Bloco de Esquerda trouxe soluções de subsidiação de quem está no desemprego, não trouxe uma única solução para combater o flagelo, como vocês dizem, do desemprego. E é, de facto, um flagelo.

Este é um tipo de discurso autista.

Protestos do BE.

Por outro lado, temos o discurso do Partido Socialista. Com todo o respeito que o Sr. Deputado Mário Ruivo me merece, vou ler-lhe duas ou três passagens, não do Memorando que está em vigor mas do original, na versão negociada e contratualizada pelo Partido Socialista, enquanto Governo, com a troica.

No Memorando, podemos ler: reduzir a duração máxima do subsídio de desemprego para não mais do que 18 meses; limitar os subsídios de desemprego a 2,5 vezes o indexante de apoios sociais (IAS) e introduzir um perfil decrescente de prestações no longo período de desemprego após seis meses de desemprego. Estas são algumas das «pérolas» que lá estão.

Sr. Deputado, como é que o Partido Socialista, que assinou este Memorando — e assinou porque tinha de ser assinado, dada a situação de endividamento em que o País se encontrava, conduzido pelo Partido Socialista, dada a situação de paralisia da nossa economia e dos nossos setores produtivos —, como é que o Partido Socialista, repito, tendo consciência disso e tendo assinado o Memorando, pode ter aqui esse discurso? Não pode. Não é sério!

Fazer um e outro discurso é estar, precisamente, a enganar as tais centenas de milhares de desempregados que os senhores dizem que vêm defender com o vosso discurso.

Defender essas centenas de milhares de desempregados é fazer o que este Governo fez. Ou seja, do lado da proteção dos mesmos, tentar, para além dos condicionamentos do Memorando, fazer o que nem sequer lá estava previsto: descongelar as pensões; majorar o subsídio de desemprego dos casais desempregados; atribuir o direito ao subsídio de desemprego àqueles jovens que, sendo trabalhadores subordinados, estão contratados com um falso recibo verde, desde que provem que 80% dos mesmos são para a mesma entidade patronal.

Tomámos todas estas e muitas outras medidas para minorar o que podia ser minorado. E, Srs. Deputados, não é verdade que este Governo ignore o tal meio milhão de desempregados de longa duração. Pelo contrário, nós herdámo-los, assim como herdámos a situação do País. Há mais de uma década que vínhamos alertando, antes de sermos Governo e enquanto oposição, que Portugal tinha uma economia estagnada e o sintoma dessa crise e dessa recessão era o de que, há mais de uma década, tínhamos, sistematicamente, entre 450 000 a 500 000 pessoas no desemprego — sistematicamente! Tal era sintoma de que a nossa economia estava mal.

Não enganamos ninguém, queremos fazer o melhor, mas o melhor é apoiar dentro da medida do que é possível e fazer o que este Governo fez, que foi lançar estímulos à economia. Aliás, nos últimos dias, todos temos tido notícia dos sinais de retoma da economia em diversos setores, inclusive uma ligeira, mas constante e sustentada, descida da taxa de desemprego.

Se tudo correr bem, se continuarmos por este caminho, iremos conseguir levar o barco a bom porto. Mas é com seriedade e não com demagogia.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para intervir, de novo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, do BE.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, é nos momentos de maior dificuldade que tem de existir a maior solidariedade.

O Bloco de Esquerda apresenta um projeto de lei, Sr. Deputado Artur Rêgo, que visa reforçar os apoios em situação de desemprego — foi exatamente o que aqui disse. E, Sr. Deputado, dizer que o Bloco de Esquerda não apresentou quaisquer medidas de emprego é estar distraído.

Tem de haver duas visões relativamente ao desemprego: uma delas é o reforço dos mecanismos de apoio aos desempregados; a outra, como bem sabe, é o crescimento da economia para a criação de emprego.

Portanto, dizer que o Bloco de Esquerda nunca apresentou propostas é, no mínimo, uma distração.

Ouvimos o Sr. Deputado João Figueiredo dizer que não há dinheiro para tais propostas e eu questiono se o Sr. Deputado nunca perguntou quanto valiam o Banif, os *swaps*, as PPP!?... Lamento, mas isto são factos, é a verdade da vossa escolha e não a pode varrer para debaixo do tapete!

Depois, diz-nos o Sr. Deputado que este Governo não vai fazer o Estado social andar para trás?! Então, ter o maior número de desempregados de sempre e ter o maior número de desempregados sem proteção (mais de metade) não é fazer o Estado social andar para trás?! É acabar com o Estado social, é aniquilar o Estado social, e é assim na educação, na saúde, na segurança social...

Protestos do Deputado do PSD João Figueiredo.

O Sr. Deputado sabe bem que assim é!

Por isso mesmo, assumimos estas propostas hoje como propostas capazes de responder às pessoas. Em primeiro lugar têm de estar as pessoas, em primeiro lugar têm de estar os mais frágeis, por isso estas são propostas que consubstanciam essa proteção.

Estar desempregado é o maior flagelo.

O Governo e a maioria têm obrigações para com as pessoas desempregadas e, por isso, têm de tomar medidas. Não nos acusem das vossas incompetências, das vossas incapacidades e das vossas escolhas.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quando se discute o nível de proteção social no desemprego, o subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego, há um texto legal que é fundamental todos os Deputados terem em conta. Naturalmente, PSD e CDS-PP fogem dele como o Diabo foge da cruz, odeiam-no! Querem tudo fazer para que ele não seja cumprido, querem que ele fuja do panorama político. Esse texto político chama-se Constituição da República Portuguesa, o texto que resulta da Revolução de Abril e consagra um conjunto de direitos.

Portanto, ao nível da proteção social, refere a Constituição da República Portuguesa, no artigo 59.º n.º 1, alínea e), que todos os trabalhadores têm direito, e cito, «À assistência material, quando involuntariamente se encontrem em situação de desemprego;». Repito: todos os trabalhadores têm direito à assistência material, quando involuntariamente se encontrem no desemprego.

Assistimos neste Plenário a quê? Assistimos ao PSD e ao CDS-PP a conviverem muito bem com o facto de 1,2 milhões de trabalhadores desempregados não terem qualquer tipo de proteção social. Para o PSD e para o CDS-PP está tudo muito bem, é este o caminho. Estamos muito bem, o País está muito bem, não há nada a fazer.

Mas, depois, utilizam dois argumentos.

Um, é um hipócrita e falso argumento de preocupação quanto ao desemprego. Mas a preocupação com o desemprego, aqui demonstrada pela bancada do PSD/CDS-PP, choca com as opções concretas do Governo. Então, o PSD e o CDS-PP estão preocupados com o desemprego e aumentam o horário de trabalho na Administração Pública e promovem despedimentos na Administração Pública?

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, o PSD e o CDS-PP estão preocupados com o desemprego e encerram os estaleiros navais? Despedem professores? Maltratam os trabalhadores portugueses? Onde é que

está a coerência? O PSD e o CDS-PP estão preocupados com o desemprego e, ao mesmo tempo, tomam medidas recessivas que afundam a nossa economia, que atiram cada vez mais trabalhadores para o desemprego? Profunda e dramática hipocrisia das bancadas do PSD e do CDS-PP!

Segundo argumento: é preciso ter em conta a realidade económica e social e as propostas que o PCP lançou são irrealistas. Deixem-me dizer o seguinte: a proteção social no desemprego decorre, em primeira instância, dos descontos dos próprios trabalhadores, mas nós admitimos que há um reforço de verbas no Orçamento do Estado para a proteção social. Dizem: «não há dinheiro». Então, como é que as bancadas do PSD e do CDS-PP justificam o facto de haver 12 000 milhões de euros para a banca e não haver condições para melhorar a proteção no desemprego?!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há 7000 milhões de euros para pagar de juros agiotas ao FMI e ao BCE e não há dinheiro para pagar subsídios de desemprego?!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Há! Há!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, há milhões e milhões para os amigos do BPN, do BPP e das PPP multimilionárias e não há dinheiro para o subsídio de desemprego?! Hipocrisia!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Serpa Oliva.

Então, os Srs. Deputados aprovam todos os anos, em Orçamento do Estado, largos milhões de euros em benefícios fiscais para os grandes grupos económicos e dizem aqui com uma distinta «lata», permitam-me a expressão, que não há dinheiro para o subsídio de desemprego?! Como é que não há dinheiro?! Se há dinheiro para toda esta gente, como é que não há dinheiro para os desempregados?!

Mentira! Há dinheiro no nosso País. Ele está é a ser muito mal distribuído, infelizmente por opções políticas do PSD e do CDS-PP.

Mas ao que temos aqui assistido é a um conjunto de conversa fiada relativamente a esta matéria, porque os níveis tão altos de desemprego e os níveis tão baixos de proteção social são uma peça estratégica e fundamental para aumentar a exploração dos trabalhadores.

O PSD e o CDS-PP sabem muito bem que é preciso manter um nível de desemprego muito alto, que é preciso ter trabalhadores com pouco ou nenhum subsídio de desemprego para aumentar a exploração, para baixar salários, para agravar a pobreza no nosso País.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Concluo, Sr.^a Presidente.

Essa é a peça fundamental da estratégia de agravamento da exploração no nosso País.

É por isso que o subsídio de desemprego não é melhorado, é por isso que o desemprego continua nos níveis tão altos no nosso País.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, concluída a discussão conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.^{os} 445 e 444/XII (2.^a), vamos prosseguir com o quarto e último ponto da ordem do dia de hoje, que consiste na discussão do projeto de resolução n.^o 808/XII (2.^a) — Reclama a modernização e eletrificação da Linha do Minho (Os Verdes).

Para apresentar o projeto de resolução, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Verdes apresentam, hoje, ao Parlamento um projeto de resolução que reclama a modernização e a eletrificação da Linha do Minho.

Esta Linha encontra-se hoje desqualificada, porque o seu processo de modernização fez-se apenas no troço Porto-Nine e o troço Nine/Valença ficou por modernizar. Ora, este facto leva a que não esteja aproveitado o efetivo potencial desta linha ferroviária.

Esta linha ferroviária do Minho tem um potencial enorme de cativação de passageiros. A modernização total da linha em causa poderia também reduzir em muito o tempo de viagem Porto-Vigo e tornar mais aliciante o transporte ferroviário na região.

Com o mesmo ponto de partida e o mesmo destino, fazer uma viagem de carro e, simultaneamente, uma viagem ferroviária leva à conclusão de que compensa muito a utilização do carro.

Ora, quando nós temos de criar estratégias para o combate às alterações climáticas e também para a redução da nossa fatura energética e, designadamente, da nossa dependência dos combustíveis fósseis, verificamos que a estratégia é completamente errada, por desinvestimento naquilo que é fundamental investir.

A modernização desta linha ferroviária do Minho é também um imperativo para a dimensão do crescimento económico e, designadamente, para o reforço das relações comerciais com a Galiza e para a atração de investimento empresarial na região.

Vozes do PCP: — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É uma linha ferroviária potenciadora de desenvolvimento da região e também de coesão territorial. Não se percebe, portanto, o porquê do desinvestimento nesta linha ferroviária.

É justamente uma inversão de lógica que Os Verdes hoje aqui reclamam, no sentido da modernização total desta linha ferroviária, em benefício das populações e da sua região.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Reis.

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por felicitar a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia por trazer a debate a linha ferroviária do Minho e, designadamente, os investimentos na mesma.

Importa, nesta altura, recordar que o anterior Governo estabeleceu como prioritária uma política de grandes investimentos públicos, designadamente em autoestradas e TGV.

Nesse sentido, planeou a construção de uma linha de TGV para passageiros entre Porto e Vigo, cujo custo ascendia a mais de 1000 milhões de euros, apenas para a 1.^a fase Braga/Valença,...

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — ... sem cuidar de assegurar a viabilidade do projeto ou a sua comportabilidade para as contas públicas.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Esta política de grandes investimentos levou a descurar a rede básica e essencial para a vida do dia-a-dia de pessoas e empresas, designadamente da Linha do Minho, para a qual não foi prevista a sua modernização ou eletrificação, mantendo nos últimos anos as mesmas condições de exploração e tempos de viagem que se verificam desde há décadas.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, a ligação Porto/Galiza é um eixo fundamental do desenvolvimento nacional — e em particular do norte do País —, tendo a Linha do Minho um papel preponderante no transporte de pessoas e mercadorias entre os dois países.

A título de exemplo, a Linha do Minho tem uma elevada importância para a indústria portuguesa da pasta de papel, sendo usada no transporte de madeira, que alimenta as fábricas portuguesas.

Nesse sentido, foi acordado com Espanha, em recente cimeira Luso Espanhola, que houvesse um projeto de modernização da linha Porto/Vigo, de forma adequada às necessidades e às possibilidades financeiras do País e focado na eliminação dos principais constrangimentos à exploração ferroviária desta linha. A saber: a falta de eletrificação e a falta de sinalização e controlo de tráfego automático.

Os trabalhos necessários envolvem, designadamente, a eletrificação até Viana do Castelo e a eletrificação de Viana do Castelo a Valença.

A eletrificação até Viana do Castelo irá permitir a utilização do novo modelo de exploração na ligação do Porto a esta capital de distrito com consequente redução dos tempos de viagem e redução dos custos de operação para a CP.

A eletrificação entre Viana do Castelo e Valença permitirá passar a utilizar comboios elétricos em todo o eixo Porto-Vigo, quer no transporte de passageiros, quer no transporte de mercadorias.

Esta evolução é de máxima importância, uma vez que permite, por um lado, uma redução dos tempos de viagem e, por outro, uma redução significativa dos custos de transporte ferroviário de mercadorias entre o norte de Portugal e a Galiza.

Pretende-se, ainda, com este projeto melhorar o sistema de regulação (e, consequentemente, os indicadores de desempenho, tal como a pontualidade), aumentar a flexibilidade e fiabilidade do horário, melhorar a recuperação do sistema em caso de exploração degradada, aumentar a segurança ferroviária e reduzir a sinistralidade nos atravessamentos de nível.

Este empreendimento encontra-se já a ser concretizado no terreno, designadamente com empreitadas de intervenções em túneis e em passagens de nível, que irão permitir a posterior introdução da eletrificação e sinalização eletrónica, com o apoio de fundos comunitários do Quadro Comunitário 2014-2020.

Três notas, a terminar.

Primeira nota: é importante que o recente comboio direto Porto/Vigo passe a ter paragem quer em Viana do Castelo quer em Barcelos.

Segunda nota: é importante que a ligação ferroviária Barcelos/Porto seja integrada na CP — Serviços Urbanos do Porto, beneficiando também de eletrificação, redução de tempos de viagem e redução de tarifas.

Quanto a estas duas pretensões — e vou já terminar, Sr.^a Presidente —, tivemos, recentemente, uma boa e produtiva reunião de trabalho com o Sr. Secretário de Estado.

Terceira nota: iremos votar favoravelmente o projeto do Partido Ecologista «Os Verdes».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A Linha do Minho atravessa e serve o território da euro-região Galiza-Norte de Portugal que tem 6,5 milhões de habitantes, dos quais 3,8 milhões são residentes no norte.

Daí a importância que esta infraestrutura ferroviária tem para aquela região e naturalmente, de uma forma geral, as boas condições de mobilidade de pessoas e mercadorias, fundamentais para o desenvolvimento de regiões, e este é um caso.

Esta ferrovia está profundamente desqualificada — há que reconhecer —, quer em termos de segurança, quer em termos de infraestrutura, quer em termos de material circulante, e está profundamente desatualizada no que diz respeito ao tempo e à comodidade das viagens.

A Galiza percebeu esta importância e tem desenvolvido a valorização e a eletrificação da linha entre Vigo e Valença.

Em Portugal, pouco temos feito ou praticamente nada. Aliás, acho interessante estes anúncios que o Sr. Deputado Nuno Reis aqui fez, até por aquilo que lhe vou perguntar a seguir.

O PS tem-se oposto ao fim da ligação entre Porto e Vigo, que seria, efetivamente, uma machadada fundamental nesta questão e, por outro lado, tem feito ouvir a sua voz, através do Presidente do Eixo Atlântico, que representa 34 cidades da zona litoral. Por isso, parece que tem dado resultados ultimamente. Na última cimeira ibérica, os dois Governos, o de Portugal e o de Espanha, em maio, comprometeram-se a dar prioridade a esta obra, os fundos comunitários foram reprogramados através do POVT (Programa Operacional

Valorização do Território) e estão afixadas verbas até 2014 e depois de 2014 a 2017 e a REFER tem anunciado o lançamento de concursos.

Contudo, Sr. Deputado Nuno Reis, o senhor — permita-me que o diga — leu uma informação que estranho pelo seguinte: sobre esta matéria, o PS fez uma pergunta em março e o Governo não respondeu; eu e o PS fizemos, novamente, uma pergunta em junho e o Governo não respondeu; e é curioso que o CDS fez uma pergunta em julho questionando exatamente se esta obra ia avançar ou não e o Governo não respondeu.

Por isso, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, este projeto de resolução é muito bem-vindo. Nós apoiamo-lo e votá-lo-emos favoravelmente.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Cruz.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar a iniciativa apresentada pelo Partido Ecologista «Os Verdes» pela importância e atualidade do tema que trazem a debate.

A Linha do Minho, já hoje aqui foi dito, está eletrificada até ao ramal de Braga. No entanto, e apesar das inúmeras promessas e anúncios — e hoje já aqui tivemos mais uma promessa e um anúncio —, a extensão entre Nine e Valença não está nem modernizada, nem eletrificada. Esta situação acarreta diversos problemas e impede que seja aproveitado todo o potencial da Linha.

A modernização e eletrificação da Linha do Minho é uma justa reivindicação das populações, do tecido económico e social do concelho de Barcelos e do distrito de Viana do Castelo.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Esta justa reivindicação tem sido, ao longo dos anos, acompanhada pelo PCP quer Assembleia da República, quer nas instâncias europeias, nomeadamente no Parlamento Europeu.

O PCP defende — sempre defendeu — que a Linha do Minho pode e deve ter um papel central e estratégico para todo o Noroeste português e para o País.

Para o PCP, a modernização da Linha do Minho deve ser integrada numa política de valorização do transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias, de forma a reduzir substancialmente a duração da viagem e se poder concretizar um vasto plano de promoção desta ligação.

Entendemos também que só com a modernização e eletrificação da Linha do Minho se poderá aproveitar todas as potencialidades de procura existentes, tanto no plano das relações económicas, como no fomento turístico ou, ainda, na rentabilização do fluxo do aeroporto do Porto e de outras infraestruturas existentes na região Norte.

Não tem sido este o entendimento dos sucessivos Governos (PS, PSD com ou sem o CDS-PP) e, particularmente, deste Governo, Sr. Deputado Nuno Reis. É que este Governo não quis aproveitar os 400 milhões de euros que a Comissão Europeia tinha disponíveis para que se fizesse a modernização desta Linha. Comissão Europeia que confirmou aos Deputados do PCP, no Parlamento Europeu, a disponibilidade deste montante.

É claro que os partidos da maioria vão dizer que não há dinheiro, que o Estado não tem capacidade. Mas há dinheiro para os *swaps*, há dinheiro para o BPN, há dinheiro para o BANIF.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — É isto, Sr. Deputado!

Quanto àquela informação que o senhor, há pouco, deu, o Partido Comunista Português teve ocasião de reunir recentemente com a CP e, face a estas novas questões, perguntou por que razão o comboio Celta não para em Viana do Castelo, mas não nos foi dada informação. Pelos vistos, o Sr. Deputado Nuno Reis tem uma informação privilegiada. Era importante que essa informação fosse partilhada neste Parlamento e com todos os grupos parlamentares ou partidos que vão reunir com a CP, mas não é esse, efetivamente, o entendimento deste Governo.

O que constatamos é que, realmente, o que tem acontecido são cortes nos serviços, a degradação desta Linha, horários desajustados às necessidades das populações, uma ausência completa de investimento, apesar de o Deputado Nuno Reis querer agora deixar passar isso despercebido.

Para o PCP, têm de ser feitos os necessários investimentos na linha ferroviária para garantir que o tráfego de passageiros não continue a ser afetado e promover o reforço do serviço público fundamental, de modo a acautelar a coesão social e territorial indispensável ao desenvolvimento de toda a região Norte do País. Todavia, este desígnio só será conseguido com o derrube deste Governo e com uma outra política.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos, hoje, aqui a debater o projeto de resolução n.º 808/XII (2.^a), apresentado pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

Como muito bem lembrou o Deputado Jorge Fão, o CDS está atento a esta matéria e, até muito antes de o projeto de resolução de Os Verdes ter sido apresentado, já havia questionado o Governo relativamente a esta matéria. Pena é que o Partido Socialista, que, pelos vistos, também questionou o Governo em março deste ano, não tenha questionado o Governo do qual fez parte durante seis anos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Ao contrário, o CDS, mesmo com um Governo apoiado por si próprio, não teve receio de o questionar.

Consideramos fundamental a requalificação e a eletrificação da Linha do Minho, concretamente entre Nine e Valença. Por isso, e porque também foi anunciado publicamente por este Governo, estamos convictos de que houve uma reafectação de fundos comunitários, nomeadamente no âmbito da reprogramação do POVT, para que fossem disponibilizados cerca de 110 milhões de euros para a requalificação desta Linha.

A requalificação desta Linha é importante, do ponto de vista económico e do ponto de vista das populações e da dinâmica das indústrias e empresas do norte de Portugal e da Galiza. É o que defendemos e temos defendido, ao longo destes meses e anos, ao contrário do que o Partido Socialista fez, que abandonou completamente esta Linha ao seu destino. E o destino que o Partido Socialista previa para esta Linha era o da hipotética criação de um novo TGV, que, como vimos, acabou por ser um projeto furado.

Esta Linha encontra-se quase como na sua origem, estando há dezenas de anos com o mesmo tipo de traçado. O Deputado Jorge Fão conhece-a muito bem, até porque julgo ser utilizador dessa Linha.

Aquilo que defendemos é que haja uma coesão territorial e que o norte, nomeadamente os distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, sejam salvaguardados nessa coesão territorial.

Mas também questionámos o Governo sobre o lançamento dos dois comboios diários entre Porto e Vigo, que atualmente não têm paragens em nenhum desses distritos. Aquilo que defendemos, claramente, é que haja uma paragem em Nine, porque, se não, o concelho de Braga, ficará fora de todo este projeto, e ele é um *interface*, é um ponto estratégico para esta ligação.

Temos de ter em atenção que Braga não pode ficar fora deste projeto, tal como Barcelos, que é um dos municípios com mais de 100 000 habitantes, importantíssimo, e o qual também entendemos dever ser contemplado com uma paragem,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Veja lá, não se esqueça de meter a bandeirinha!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — ... até para dar substância a este projeto, de forma a que possa haver um número de passageiros suficiente para que este projeto tenha viabilidade. E, obviamente, também defendemos que Viana do Castelo, porque é capital de distrito, seja contemplada com uma paragem.

Entendemos que o Governo está a seguir este caminho, pelo que as recomendações que fazemos serão sempre no sentido de nos batemos pelos interesses das populações, por uma maior coesão territorial e por defendermos as populações do norte do País, que, às vezes, têm sido esquecidas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — A partir do dia 30 já se esqueceu disso tudo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queremos saudar esta iniciativa de Os Verdes, que, de alguma forma, vem reverter o profundo desinvestimento que a ferrovia tem sofrido neste País, em particular a Linha do Minho.

Foi também o reconhecimento deste facto que levou o Bloco de Esquerda a apresentar um projeto de resolução. Vemos aqui as bancadas do PS, do PSD e do CDS a discutir quem o apresentou primeiro. Pois bem, talvez consigam explicar por que é que o nosso projeto, de 2011, foi rejeitado pelas três bancadas.

Sabemos, hoje, que o troço Nine-Valença continua a funcionar numa única via, não eletrificada, sem qualquer tipo de sinalização e, portanto, é claro que a sua modernização traria vastos benefícios, em termos de redução do tempo de viagem, mas também de aumento da segurança da ferrovia, que, bem sabemos, é importante.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há outras vantagens para além desta. Não é preciso lembrar-vos que, para além dos benefícios ambientais, o investimento na ferrovia traz benefícios diretos. Falávamos, há pouco, da criação de emprego. Ora aqui está uma proposta de investimento público e de criação de emprego.

Mas este investimento tem benefícios económicos mais vastos. Traz benefícios nas relações económicas com a Galiza; serve uma área funcional de 6 milhões de habitantes, como já foi referido; torna-se um eixo central entre Sines e Ferrol, portanto um eixo central das relações económicas que atravessam o País inteiro, do sul de Portugal até ao norte espanhol, com vastas ligações a portos e aeroportos.

Trata-se, pois, de uma proposta com benefícios claros em termos económicos, de investimento e de relacionamento com a vizinha Espanha.

Para além disso, esta proposta tem, ainda, a vantagem de promover o desenvolvimento económico, cultural e regional de zonas que, até agora, têm sido abandonadas e votadas ao completo isolamento. Falo, por exemplo, da zona de Viana do Castelo, que, neste momento, não tem qualquer ligação em comboios de alta velocidade a outros polos do País ou até à Galiza, com quem tem bastantes relações económicas e um passado cultural e social que importa relevar.

Perante estas condições e a atual conjuntura de crise e necessidade de investimento, saudamos a iniciativa que Os Verdes aqui apresentam e, obviamente, iremos votar a favor deste projeto de resolução.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Sá.

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Saudamos Os Verdes por esta iniciativa, porque nos proporcionou aqui o PSD e o CDS-PP no seu melhor. De um lado, o PSD, numa intervenção de quem não quer fazer nada, a «queimar» os 3 minutos de que dispunha; do outro lado, o CDS, a prometer tudo a todos, ou seja, a prometer que teremos paragens em Nine, em Barcelos, em Braga,...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Em Braga, não! Não falei em Braga!

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — ... em todo o lado, para todas as populações.

Este é, de facto, o estado da governação a que nos temos habituado por parte do PSD e do CDS: um não quer fazer nada e o outro faz o discurso agradável para as populações. No fundo, nada será feito enquanto tivermos este Governo, designadamente, porque, neste *dossier* em concreto, há falta da visão de que determinados investimentos em infraestruturas podem fazer crescer a economia. Mais: há preconceito, há falta

de vontade e nem sequer há planificação, porque, Sr. Deputado Altino Bessa, com todas essas paragens, o que teríamos era um comboio lento e não uma linha mais rápida.

Quero, no entanto, acentuar que é necessário acautelar que determinadas cidades do Baixo Minho tenham acesso a essa linha rápida, para que não seja apenas uma linha que sirva as cidades do Porto e de Vigo.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, defende que pare em Nine, ou não?

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — Nesse sentido, concordo que Nine seria, de facto, uma paragem interessante.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Está a ver como estamos de acordo?!

O Sr. **Nuno Sá** (PS): — Para concluir, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a eletrificação e requalificação da Linha do Minho, que carece de investimento e visão económica estratégica, com este Governo não vai avançar. E não vai avançar, porque estamos a falar de *watts* e do que este Governo fala e percebe é de *swaps*.

Aplausos do PS.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Essa agora!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Talvez fosse importante dizer o que motivou Os Verdes a apresentarem este projeto de resolução.

Em primeiro lugar, motivou-nos o nosso próprio inconformismo com o desinvestimento anunciado pelo Governo nas linhas ferroviárias convencionais em Portugal.

Por outro lado, também nos motivou a reclamação concreta da população relativamente a esta linha ferroviária. Os Verdes entendem que, naquilo que consideram mais do que legítimo, têm a obrigação de ser, aqui, na Assembleia da República, porta-vozes das populações e, neste caso, entendemos que o faríamos pela via concreta de um projeto de resolução, justamente por algumas questões que os Srs. Deputados aqui focaram e que se prendem com o silenciamento, por parte do Governo, da informação devida à Assembleia da República e da ausência de respostas a alguns questionamentos que têm sido feitos.

Estou satisfeita com a discussão que aqui se produziu e por perceber que este projeto de resolução vai ser aprovado por unanimidade. Penso que é um sinal importante que a Assembleia da República dá, por via de uma recomendação ao Governo — deste órgão de soberania para outro órgão de soberania —, de que é urgente a modernização total da linha ferroviária do Minho. Redigo: é urgente! E é urgente perceber que já desperdiçámos muitos fundos comunitários, como também foi aqui dito nesta discussão, designadamente uns singelos 400 milhões de euros disponibilizados ao nível de fundos comunitários, dos quais o Estado português só teria de comparticipar 26 milhões, que foram totalmente desperdiçados em prejuízo da modernização das nossas linhas ferroviárias.

Não tenhamos dúvidas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de que quanto mais tarde mais caro, mais perdem as populações, mais perdem as contas públicas e mais perde o País.

Portanto, julgo que foi importante a apresentação desta iniciativa legislativa e este sinal que a Assembleia da República, por unanimidade, dará ao Governo no sentido de reclamar a urgência da modernização da linha ferroviária do Minho.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Caeiro): — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais inscrições, pelo que está concluída a apreciação do projeto de resolução n.º 808/XII (2.^a), estando também concluídos os nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realiza-se amanhã, às 10 horas, e terá a seguinte ordem do dia: apreciação, na generalidade, das propostas de lei n.ºs 160/XII (2.ª) — Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça, 168/XII (2.ª) — Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação, e 169/XII (2.ª) — Transpõe a Diretiva 2011/77/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao prazo de proteção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.

Proceder-se-á também à apreciação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, que procede à extinção da Fundação Alter Real, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto, devolvendo ao Estado a prossecução dos fins principais da Fundação [apreciação parlamentar n.º 60/XII (2.ª) (PS)].

Serão ainda apreciados, conjuntamente, os projetos de resolução n.ºs 734/XII (2.ª) — Recomenda ao Governo que desenvolva uma estratégia concertada no sentido de que o Parque Nacional da Peneda-Gerês mantenha a sua integridade e possa desempenhar uma função de servir a humanidade, assegurando um espaço paisagístico em que o homem e a natureza se integram harmoniosamente (PSD), 816/XII (2.ª) — Por um Parque Nacional da Peneda-Gerês que se desenvolva em harmonia com as suas gentes (PCP), 818/XII (2.ª) — Pela harmonia do Parque Nacional da Peneda-Gerês com as suas populações (Os Verdes) e 819/XII (3.ª) — Recomendar ao Governo que promova uma plena articulação entre o ambiente, o turismo e a cultura, que permita maior sintonia entre o respeito pelo património e as potencialidades de utilização dos relevantes recursos turísticos de que as áreas protegidas, e em particular o Parque Nacional da Peneda-Gerês, dispõem (CDS-PP).

No final, procederemos a votações regimentais.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 12 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.